

A REGIÃO CENTRO-OESTE NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS AGRÍCOLAS OCORRIDAS NO PERÍODO PÓS-1960

Jodenir Calixto Teixeira¹
Antônio Nivaldo Hespanhol²

Resumo: O processo de modernização da agricultura brasileira que foi desencadeado a partir da década de 1950, atingiu o Centro-Oeste de maneira efetiva somente na década de 1970, o que provocou mudanças consideráveis nos seus sistemas de produção, apesar do seu caráter seletivo. Essa região recebeu grandes investimentos que possibilitaram o seu desenvolvimento e a sua integração ao mercado nacional. Hoje, apesar de ainda se defrontar com o problema da concentração da terra, já é responsável por uma grande parte da produção de grãos do país e da maior parte da produção de gado bovino. A pujança da referida região tem sido destacada no cenário econômico nacional. No entanto, as possibilidades e os limites do desenvolvimento sustentável da região Centro-Oeste tem sido objeto de ampla discussão nos meios acadêmico e político.

Palavras-chaves: Centro-Oeste, modernização, produção agrícola, integração, desenvolvimento regional.

Abstract: The process of modernization of the Brazilian agriculture that was unchained starting from the decade of 1950, reached the Center-west in an effective way only in the decade of 1970, what provoked considerable changes in their production systems, in spite of his selective character. That area received great investments that made possible his development and her integration to the national market. Today, in spite of still if it confronts with the problem of the concentration of the earth, it is already responsible for a great part of the production of grains of the country and of most of the production of bovine cattle. The strength of the referred area has been outstanding in the national economical scenery. However, the possibilities and the limits of the maintainable development of the area Center-west have been object of wide discussion in the means academic and political.

Word-key: Center-west, modernization, agricultural production, integration, regional development.

¹ Prof. Me. Substituto do DCH/CPTL/UFMS do curso de Geografia. E-mail: jodenir@ceul.ufms.br

² Prof. Assistente Doutor do Departamento de Geografia FCT/UNESP. E-mail: nivaldo@fct.unesp.br

INTRODUÇÃO

Este texto nasceu a partir de leituras e discussões realizadas durante o período do desenvolvimento da dissertação de mestrado em Geografia pela UNESP – câmpus de Presidente Prudente. Ele derivou, portanto, de parte do 3º capítulo da dissertação intitulada “As Alterações na agropecuária de Três Lagoas no contexto de Mato Grosso do Sul”.

Aborda-se a região Centro-Oeste nos seus contextos histórico e geográfico, discutindo-se a questão do seu desenvolvimento, em especial da sua agropecuária, procurando demonstrar como essa região foi se integrando a economia nacional com ênfase na análise do processo de modernização da agricultura. Tal processo começou a ocorrer a partir da década de 1950 no Brasil e se acentuou a partir da década de 1960, atingindo a Região Centro-Oeste somente na década de 1970.

A OCUPAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Composta pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, o Centro-Oeste abrange uma área que corresponde a aproximadamente 19% do território nacional. Essa região foi ocupada em meados do século XVII com o avanço dos bandeirantes para o interior do país, o que levou ao encontro de minérios em seu subsolo, motivando o seu povoamento.

O extrativismo mineral ocorreu mais intensamente a partir do século XVIII e foi de grande importância para a região, contribuindo para a formação de cidades importantes, como Cuiabá, Cáceres, Corumbá, dentre outras.

De maneira geral, a exploração ocorria de forma rudimentar e desorganizada. Uma das primeiras tentativas para exploração industrial do ouro, só ocorreu em 1846, na zona de Coxim. Apesar de terem ocorrido várias outras, a de maior destaque foi a de “Mato Grosso Gold Dregning”, no início deste século, visto sua maior capacidade de exploração. Com sede em Buenos Aires, essa companhia possuía um capital de um milhão de pesos ouro, equivalentes a três mil e quinhentos contos de réis naquela época. Possuía o direito de explorar os aluviões do rio Coxipó-Mirim ou Coxipó do Ouro, numa extensão de mais de 50 Km, além do direito de explorar o rio Cuiabá e seus afluentes, numa extensão de 134 Km (CAMPOS, 1960).

De modo geral, no final do século XVIII, essa atividade já se encontrava em decadência e a produção regional passa a ser altamente dependente da Côroa, que repassava recursos através dos fortes instalados na região.

No século XIX, porém, a produção se voltou para o setor da pecuária, com destaque para a produção de charque, além da produção apenas para subsistência e extração da erva-mate. Para Arbex Júnior e Olic (1996), a produção por longos anos foi insignificante e, na verdade, o Centro-Oeste viveu um grande período de estagnação econômica e demográfica.

A região só voltou a ser palco das atenções na segunda metade do século XIX, com a ocupação por parte dos paraguaios, o que levou à guerra, mas logo após foi novamente esquecida pelo Governo brasileiro.

Rosa (1962), salienta que com a guerra, parte da região passou a ser conhecida pelos soldados, o que incentivou o General Câmara, que atuou na sua porção sul, a levar para o sul do Brasil informações sobre as potencialidades do

Centro-Oeste no que se refere à criação de gado, com amplos campos de terras devolutas, além da existência de extensas áreas de erva-mate nativa.

A extração da erva-mate ganhou impulso nas últimas décadas do século XIX, exercendo grande influência na atração de pessoas para essa região.

Destacou-se, nesse setor, a Companhia Mate Laranjeira, dirigida pelo sulista de Bagé, Tomáz Laranjeira, que chegou a região em 1872. Pelo decreto Lei nº 8799 de 09 de dezembro de 1882, o Governo liberou para Tomáz Laranjeira a exploração dos ervais em terras devolutas na fronteira, entre o marco Rincão de Júlio e a cabeceira do rio Iguatemi. Mais tarde, devido à prosperidade alcançada, o Governo concedeu mais áreas para exploração por parte dessa empresa.

Ao se ausentar, Tomáz Laranjeira transferiu os negócios para seus sócios, Joaquim, Manoel e Francisco Murtinho, que deram prosseguimento aos trabalhos da Empresa. No ano de 1907, a Companhia Mate Laranjeira, propôs à Assembléia Legislativa do Estado a prorrogação de seu contrato de arrendamento até 1930, visto que o mesmo findaria em 1916, porém o pedido não foi aceito (TEIXEIRA, 1989).

Segundo Teixeira (1989) a Companhia não cobriu as expectativas do Governo, perdendo sua credibilidade. Porém, continuou atuando, comprando outras áreas de ervais do próprio Governo.

Com a proclamação da República em 1889, sucederam-se várias agitações e conflitos no Estado do Rio Grande do sul, entre os republicanos e federalistas, causando a revolução de 1892 a 1895. Esse fato contribuiu para a saída de um considerável contingente populacional do Sul para o Centro-Oeste, em busca de tranqüilidade e prosperidade, se fixando principalmente no sul da região.

Partiam do Rio Grande do Sul, as levas que se dirigiam a Mato Grosso, qual novas bandeiras, que não mais voltariam aos “pagos”,

mas, enchendo os claros que os esperavam nas fronteiras despovoadas do extremo oeste do Brasil, em Mato Grosso. Em quase todos os municípios do Rio Grande do Sul, e principalmente em São Luiz Gonzaga e São Borja, organizavam-se as comitivas, compostas de cinquenta, cem e mais pessoas, onde vinham famílias inteiras, conduzidas por carretas puxadas a bois, e às quais se agregavam cavaleiros e até gente que, desprovida de outros recursos, viajavam a pé (ROSA, 1962, p. 37).

Assim, os sulistas vieram para o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, onde se fixaram e deram grande impulso aos negócios relacionados à criação de gado e extração da erva-mate.

Além dos imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, também foi considerável a chegada de povos de outros Estados, tais como São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste do país. Esse processo de ocupação resultou na eliminação de grupos indígenas, que se deslocaram cada vez mais para a fronteira com o Paraguai, isolando-se em pequenas áreas.

A instalação de grandes fazendas de criação de gado no sul da região e a abertura da navegação do rio Paraguai fortaleceram as cidades de Corumbá e Campo Grande, diminuindo a importância econômica da cidade de Cuiabá. Eram exportados da região, além do gado em pé, couros, ervas-mates, borracha, Ipecacuanha e outros produtos do extrativismo.

O gado que não era embarcado no porto de Corumbá e conduzido pelo rio Paraguai passou a seguir a pé para Santana do Paranaíba, com destino final às invernadas mineiras. Assim, os produtores conseguiam regularmente vender seu rebanho em mercados “longínquos”. Esse fato animava os fazendeiros e exercia a atração de outros, visto terem lucros garantidos com prática da pecuária bovina.

Com a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), atual Novoeste, na segunda década do século XX, se intensificaram a criação e o comércio do gado, o qual passou a ser transportado para a região Sudeste por via férrea.

Somente na década de 1930 houve incentivo oficial para o povoamento da região, com a chamada “marcha para o oeste” promovida pelo Governo de Getúlio Vargas. Esse Governo viabilizou a construção de rodovias, ferrovias, além de eliminar barreiras alfandegárias, facilitando o comércio entre essa região e outras partes do país, principalmente com o Sudeste.

A partir da década de 1930, também se acentuou a instalação de colônias agrícolas no Centro-Oeste, como por exemplo, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), o que também atraiu um considerável contingente populacional.

No entanto, essa região ainda se encontrava despovoada na década de 1940, apresentando uma infra-estrutura deficiente, que dificultava sua ligação com os grandes centros econômicos nacionais.

A construção de Brasília, na década de 1950, inaugurada em 21 de abril de 1960 pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira foi outro fato marcante na ocupação do Centro-Oeste, visto que acentuou o investimento em infra-estrutura, principalmente no que se refere à ligação dessa cidade com os principais centros urbanos e produtivos do país.

A partir da década de 1970, o Centro-Oeste ganha novas funções na economia brasileira, o que impulsiona o seu desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

A partir de meados da década de 1970, as transformações ocorridas na agricultura em âmbito nacional, começaram a atingir a região Centro-Oeste. A

atividade agropecuária se expandiu grandemente, apresentando uma considerável modernização dos processos produtivos.

Segundo Mesquita (1989), houve um crescimento das áreas dos estabelecimentos agropecuários entre 1970 e 1980 da ordem de 44,9%. No mesmo período o crescimento do número de tratores foi de 513,1%, havendo significativas alterações nas bases técnicas e econômica da agropecuária regional.

O Estado teve papel fundamental nesse processo, viabilizando a modernização agrícola regional através de planos de desenvolvimento direcionados a essa região, o que beneficiou alguns setores produtivos.

Sobre a questão, Mesquita (1989, p. 149) ressalta que:

Ao longo dessa evolução da agricultura regional, assumiu especial destaque a expansão das áreas de pastos plantados e em lavouras temporárias, cujo ritmo foi tão intenso a ponto de o aumento absoluto das superfícies, com esses usos da terra, terem constituído respectivamente, 30,9% e 50,5% do crescimento ocorrido em escala nacional. Outra medida da magnitude da difusão dos pastos formados e dos cultivos temporários é representada pelo fato de o crescimento das áreas ocupadas, com esses dois usos produtivos do solo, ter correspondido a 61,4% da superfície incorporada aos estabelecimentos rurais, na década de 70, no Centro-Oeste.

O avanço da pecuária no Centro-Oeste já era esperado, devido às condições favoráveis à expansão das pastagens. Ganhou destaque principalmente a pecuária bovina para corte, com um aumento de 16.008.922 cabeças, entre 1970 e 1980, representando segundo Mesquita (1989), uma variação de 92,8% no rebanho regional e participando com mais de 40% no crescimento do efetivo bovino brasileiro.

Quanto às lavouras temporárias, entre 1970 e 1980, segundo o mesmo autor, registrou-se um aumento de 3.907.424 ha nas áreas de cultivo. Essas áreas eram compostas principalmente pela produção de trigo, soja, arroz e milho, lavouras que foram mais favorecidas pela política de crédito rural oficial. Mesmo com seu caráter

seletivo, os incentivos governamentais ao crédito rural, foram responsáveis pelo desenvolvimento do setor agrário da região. Com a concessão de crédito, o Governo contribuiu para o avanço na modernização das bases técnicas e expansão das áreas produtivas, situadas principalmente nas zonas de cerrado.

Assim, o Centro-Oeste incorpora as transformações ocorridas no processo produtivo em âmbito nacional a partir da década de 1970, apresentando grande melhoria nas formas produtivas, com maior mecanização e uso de insumos químicos. Porém, não há mudanças no que se refere à concentração fundiária, permanecendo uma alta concentração de terras em poder de poucos grandes fazendeiros.

De acordo com o IBGE, em 1980, 42,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários estavam concentrados nos estratos superiores a 5000 ha, representando apenas 1,2% do número das unidades de produção. Enquanto que, as pequenas propriedades representavam 1,9% da área total dos estabelecimentos e perfaziam 47,1% do número total de estabelecimentos.

Percebe-se que a modernização da agricultura no Centro-Oeste manteve-se relacionada com as grandes propriedades, sendo que os pequenos produtores permaneceram às margens do processo. Muitos venderam suas propriedades e outros nelas se mantiveram, apesar de não poderem incorporar as modernas tecnologias à sua produção agropecuária.

Nas mudanças ocorridas no setor produtivo agrário do Centro-Oeste, a partir da década de 1970, exerceram papéis importantes as instituições que deram apoio à agricultura, tais como bancos, cooperativas e órgãos de pesquisa e assistência técnica. Os mesmos foram fundamentais para a implementação do processo de modernização da agricultura planejado e estimulado pelo Estado brasileiro.

Dentre os principais programas do Governo que tiveram forte repercussão no Centro Oeste destacam-se aqueles inserido no I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), como o PRODOESTE, elaborado no início da década de 1970, o PLADESCO, elaborado pela Sudeco em meados da década de 1970 e os inseridos no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como o POLOCENTRO, PRODEGRAN, PRODEPAN, dentre outros elaborados a partir da segunda metade da década de 1970.

Dentre os programas voltados para a região, foi de fundamental importância o chamado POLOCENTRO, que incentivava a ocupação produtiva das áreas de cerrado. Esse plano atraiu pessoas principalmente do Sul e Sudeste, interessadas nas facilidades oferecidas pelo plano. As áreas antes compostas pelo cerrado, deram lugar às culturas agrícolas, predominando, no início, a cultura do arroz acompanhando as pastagens para a pecuária bovina, que manteve amplo predomínio ao longo das décadas posteriores.

Criado em 29/01/1975, pelo decreto nº 75320, o POLOCENTRO atuou em áreas com potencial para evolução de atividades agropecuárias no Centro-Oeste e Minas Gerais. As áreas de atuação do POLOCENTRO no Centro-Oeste foram: Campo Grande, Bodoquena, Três Lagoas, Xavantina, Parecis, Gurupi, Paraná, Piranhas e Rio Verde.

Apesar de não terem sido alcançados todos os objetivos, o POLOCENTRO foi de fundamental importância principalmente no estímulo à realização de investimentos produtivos dessas áreas. As liberações de recursos via POLOCENTRO ocorreram até 1982. De acordo com Cunha & Mueller (1988), os investimentos efetuados através desse programa, atingiram cerca de 250 milhões de

dólares, sendo que a maior parte dos investimentos se realizou entre os anos de 1975 e 1979.

Apesar do POLOCENTRO visar inicialmente atingir uma área de cerca de três milhões de hectares, sendo que 60% seriam para o desenvolvimento das lavouras e 40% para a pecuária, essa meta não foi atingida. As áreas beneficiadas tenderam mais para a formação de pastagens, como no caso do município de Três Lagoas. A pecuária tornou-se predominante nas áreas de cerrado, devido principalmente à baixa fertilidade dos solos e alto custo para a sua recuperação.

O POLOCENTRO e outros planos elaborados durante a ditadura militar se constituíram em ações importantes, porém eles foram impostos, não sendo discutidos com a sociedade brasileira e com a população regional. Assim, eles acabaram não levando em conta os fatores negativos implícitos ao processo de desenvolvimento, tais como as questões ambientais seriamente agravadas com a execução dos mesmos. Toma-se o exemplo da devastação do cerrado, que destruiu grande parte de seu ecossistema. Considerava-se que o cerrado não servia para nada, a não ser para o uso como lenha, desconsiderando-se toda a sua riqueza biológica.

Sobre a questão, Arbex Jr. e Olic (1996, p. 12-13) ressaltam:

A aplicação desse enorme leque de programas implicou o aumento da produção e da produtividade, não só das atividades tradicionais (arroz e pecuária) bem como de novos produtos, a soja. Mas implicou também resultados francamente negativos, especialmente quanto aos danos causados ao meio ambiente, às questões envolvendo o cumprimento das leis de demarcação das terras indígenas e ainda quanto ao acirramento dos conflitos pela posse de terras entre proprietários, grileiros e posseiros.

Os recursos destinados ao crédito agrícola foram, sem dúvida, de grande importância para o desenvolvimento desse setor, porém foram muito mais volumosos nas décadas de 1970 e início da década de 1980, sofrendo uma queda

brusca a partir da segunda metade da década de 1980, conforme se verifica na figura 1.

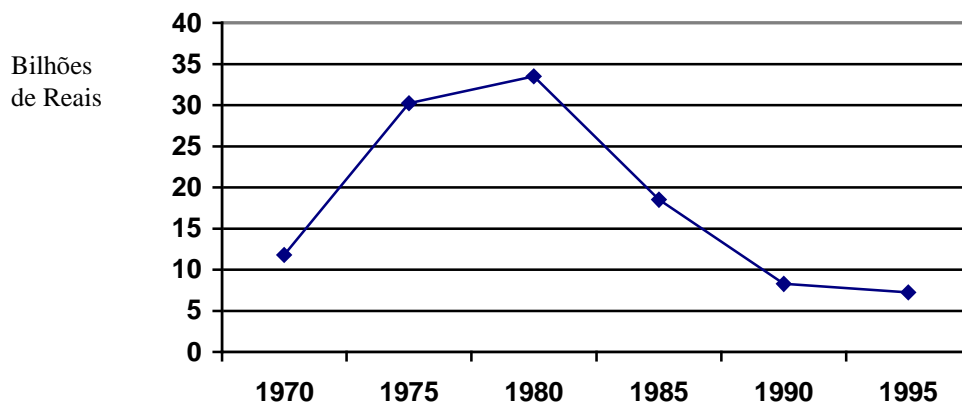


Figura 1: Evolução dos Recursos Destinados ao Sistema Nacional de Crédito Agrícola no Brasil (valores reais)
 Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural, Banco Central do Brasil, 1996. In: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

É evidente que a modernização agrícola não se deu com a mesma intensidade em toda a região. Segundo Mesquita (1989), a maior concentração no uso de máquinas e insumos modernos se deu no sul da região, em áreas pertencentes ao Mato Grosso do Sul e Goiás. A maior utilização de máquinas e insumos modernos se dá em lavouras temporárias e nas culturas de soja e trigo.

A rápida expansão das lavouras de soja está associada ao fato desse produto ter alcançado grande prestígio na pauta das exportações brasileiras, atingindo preços vantajosos no mercado internacional. O interesse pelo seu cultivo, ocorreu não só no Centro-Oeste, mas em várias partes do país.

Houve no Centro-Oeste, a partir do processo de modernização, uma elevação nos preços da terra, principalmente nas áreas onde esse fenômeno ocorreu mais intensamente, ou seja, na porção meridional da região.

A verdade é que, diante das transformações ocorridas na região Centro-Oeste ao longo das últimas décadas, levando em conta não apenas as transformações

agrícolas, mas a melhoria na infra-estrutura das vias de transporte, o que facilitou a integração com os principais centros econômicos do país, o Centro-Oeste passou a desempenhar papel mais relevante na economia nacional.

Conforme Duarte (1989, p. 19):

O Centro-Oeste deixou de ser, na década de 80, a região natural definida pelo IBGE em 1941. Não é mais, também, a região definida no fim da década de 60, como um espaço de transição entre o Sudeste e a Amazônia. Na década de 80 integrou-se ao sistema econômico nacional, com especialização regional e reivindicando uma redefinição de suas funções, na divisão inter-regional do trabalho no país.

A profunda crise que envolveu o país na década de 1980, não conseguiu interromper o crescimento regional do Centro-Oeste, tanto no que tange à economia, quanto no que se refere ao crescimento demográfico. Porém, o crescimento diminuiu, devido à queda dos incentivos governamentais.

Na década de 1980, outros programas de incentivos à agricultura foram elaborados, porém não alcançaram o mesmo êxito. Dentre eles, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), em associação com o Governo japonês, o Programa de Financiamento da Irrigação (PROFIR). Nas décadas de 1980 e 1990, os produtores também foram beneficiados pelo Programa de Garantia dos Preços Mínimos.

Conforme relatado no Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, elaborado pela Sudeco, a aceleração no processo de ocupação da região nas últimas décadas se deu principalmente devido a necessidade do aumento da produção de grãos para viabilizar as exportações do país, a necessidade do aumento da oferta de matérias-primas para suprir a demanda industrial, a necessidade da redução de tensões sociais e fundiárias em outras regiões, particularmente no sul do país, bem como a necessidade de conquistas de novos

mercados para expansão e reprodução do capital das empresas já instaladas nas regiões Sul e Sudeste.

Na década de 1990, a região manteve e até acentuou o seu dinamismo econômico, a sua densidade demográfica foi elevada e ela não é mais considerada como um grande vazio demográfico. A região cada vez mais oferece atrativos para o capital, tem recebido novas empresas e desenvolvido o seu setor industrial, ao mesmo tempo em que se acentua o processo de urbanização.

Os autores que analisaram o desenvolvimento do Centro-Oeste nos últimos anos são unânimes em considerar que o mesmo ocorreu de forma rápida, integrando definitivamente essa região à economia nacional. Em poucos anos ela passou de área cuja produção era inexpressiva, para principal geradora de produtos agropecuários exportáveis importantes para a geração de divisas para a economia nacional, como são os casos, principalmente, da soja e da carne bovina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 1950, são incrementadas ações pelo poder público no intuito de promover a modernização da agricultura brasileira, em geral, mediante a criação de órgãos, programas e mecanismos de desenvolvimento regional. A modernização de setores da economia, na perspectiva de uma maior integração dos setores econômicos, deu-se em decorrência dos investimentos públicos a partir desse período.

Partindo dessa análise as principais considerações que se pode fazer sobre os elementos explicativos do crescimento econômico da região Centro-Oeste, desde os anos 1970 até os dias atuais, estão relacionadas à atuação do governo federal que viabilizou grandes investimentos regionais a partir dessa década, incentivando a

chamada “industrialização do campo”, beneficiando parte das propriedades e da produção agrícola.

Apesar desse considerável crescimento apresentado pela região Centro-Oeste nos últimos anos, ela ainda possui potencial que pode vir a ser melhor explorado. Sua capacidade está muito acima do realizado até o momento, mas é necessário que seja uma exploração sistemática, visando não só o crescimento indiscriminado da produção, mas que leve em conta o meio ambiente e a qualidade de vida da sua população.

Outro fator de suma importância é promover uma melhor distribuição de terras, ocupando as vastas áreas que continuam improdutivas, aumentando assim a participação do pequeno produtor rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JÚNIOR, José; OLIC, Nelson Basic. **Rumo ao Centro-Oeste: O Brasil em Regiões**. São Paulo: Moderna, 1996.

CAMPOS, Fausto Vieira de. **Retratos de MT**. São Paulo: Brasil Oeste Editora, 1960.

CUNHA, Aécio; MUELLER, Charles. A Questão da Produção e do Abastecimento Alimentar no Brasil – Diagnóstico Regional – Região Centro-Oeste. In: AGUIAR, Maria de Nazareth (org) **A Questão da Produção e do Abastecimento Alimentar no Brasil: um diagnóstico macro com cortes regionais**. Brasília: SEPLAN, IPEA, IPLAN, PNUD, ABC, 1988.

DUARTE, Aluizio Capdeville. O Centro-Oeste na Organização Regional do Brasil”. In: **Geografia do Brasil - Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p.15-20.

MESQUITA, Olinda Viana. Agricultura. In: **Geografia do Brasil - Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p.149-170.

ROSA, Pedro Ângelo da. **Resenha Histórica de MT: fronteira com Paraguai**. São Paulo: S.L.P Livraria Ruy Barbosa, 1962.

TEIXEIRA, Márcio Antônio. **As Mudanças Agrícolas no MS: O Exemplo da Grande Dourados**. 1989. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista.